

GUIA DE DISCIPLINAS OPTATIVAS- FD UCP

NOTA: O guia contém algumas optativas que já não estão a ser lecionadas, e não contém outras que, por ser o primeiro ano que estão a ser dadas, não nos foi naturalmente possível obter qualquer descrição ou informação.

Muitas descrições foram retiradas do próprio programa curricular do site da faculdade, que podem e devem sempre consultar na mesma.

Tendo em conta que os professores, os métodos de avaliação e o conteúdo lecionado muitas vezes mudam de semestre para semestre, não hesitem em contactar-nos caso alguma informação esteja desatualizada, enviando um e-mail para apoioaaluno@aaducp.pt

Departamento de Apoio ao Aluno da AADUCP (2020/2021)

Link externo de acesso ao site da FDUCP para consulta das fichas das disciplinas optativas: <https://fd.lisboa.ucp.pt/pt-pt/licenciatura-em-direito/licenciatura-em-direito/plano-curricular>

Índice

1º Semestre- Disciplinas Optativas	4
BIOÉTICA	4
CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO	5
CONTRATOS BANCÁRIOS	6
CONTRATOS CIVIS	7
CURSO BREVE DE ARBITRAGEM	8
DIREITO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	9
DIREITO DA LIBERDADE RELIGIOSA	10
DIREITO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU	11
DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	12
DIREITO DO DESPORTO	13
DIREITO ROMANO	14
EXERCÍCIO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS	15
INGLÊS JURÍDICO	16
1º Semestre- Disciplinas Optativas TLC	17
GLOBAL GOVERNANCE	17
HUMAN RIGHTS	18
INTERNATIONAL INVESTMENT ARBITRATION	19
INTERNATIONAL LAW OF SEAS	20
INTRODUCTION TO ANGLO-AMERICAN LAW	21
INTRODUCTION TO COMPETITION LAW/ANTITRUST LAW	22
INTRODUCTION TO EU INTERNATIONAL MARKET (nome antigo: International Market)	23
INTRODUCTION TO ISLAMIC LEGAL THOUGHT	24
INTRODUCTION TO THE LAW IN A DIGITAL ECONOMY	25
LAW AND GENDER EQUALITY	26
LAW IN THE AGE OF CLIMATE CHANGE	27
REPUTATION AND RESPONSIBLE BUSINESS	28
2º Semestre- Disciplinas Optativas	29
DIREITO DA SAÚDE	29
DIREITO DE AUTOR	30
DIREITO DO JOGO	31
DIREITO E VOLUNTARIADO	32

DIREITO EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS _____	33
HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS _____	34
PROCESSO EXECUTIVO _____	35
PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS _____	36
2º Semestre- Disciplinas Optativas TLC _____	37
BLOCKCHAIN AND THE LAW _____	37
EUROPEAN COMPANY LAW _____	38
EUROPEAN UNION COPYRIGHT LAW _____	39
FEDERALISM AND THE EU _____	40
INTERNATIONAL CRIMINAL LAW _____	41
INTERNATIONAL LAW IN THE AGE OF GLOBALIZATION _____	42
MOOT COURT – TRIAL _____	43
PROPERTY LAW _____	44
QUESTIONS OF INTERNATIONAL LAW: AGRESSION AND EMERGING TECHNOLOGIES OF WARFARE _____	45
RESTORATIVE JUSTICE _____	46
RIGHT TO FAIR TRIAL _____	47
THE INTERNATIONAL PROTECTION OF SOCIO-ECONOMIC RIGHTS _____	48

1º Semestre- Disciplinas Optativas

BIOÉTICA

Professora: Ana Sofia Carvalho

Esta optativa fora da caixa, durante cerca de 4 sessões, leva-nos a refletir sobre situações do dia – a – dia numa perspetiva ética, e a estudar temas controversos da atualidade (aborto, morte medicamente assistida, etc). Temas, estes, que no contexto do nosso curso é difícil haver muitas oportunidades de analisar a fundo, sendo esta cadeira a ocasião ideal para tal. As aulas são um constante debate, onde podem comentar o vosso ponto de vista e tirar dúvidas com a professora.

O **método de avaliação** consiste num trabalho escrito, no final das várias aulas da optativa, sobre um ou mais temas que a professora proponha.

“Relativamente à cadeira de Bioética, penso que os temas abordados foram, como não podia deixar de ser, temas muito interessantes e que estimulam os alunos. No entanto, fazendo uma crítica construtiva à cadeira, penso que deveria ser dada mais relevância às várias conceções existentes sobre a Ética (não apenas o imperativo categórico de Kant e o utilitarismo de Stuart Mill), uma vez que são essas conceções básicas que permitem solucionar os problemas éticos que os alunos irão encontrar pela vida fora. No geral, recomendo a cadeira por ser muito interessante!”

Diogo Mota

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

Professora: Carla Trindade

O seminário foca-se no direito processual tributário, que vai ser abordado em 4 capítulos: introdução, fontes e princípios; fase graciosa do procedimento tributário; fase judicial do processo tributário; e arbitragem tributária e execução fiscal. A professora disponibiliza *powerpoints* completos com toda a matéria que é analisada em aula e com casos e questões teóricas para serem debatidos em aula.

O **método de avaliação** consiste na média da participação em aula + um comentário final a um acórdão (é disponibilizada uma lista pela professora, cada aluno escolhe o acórdão que quer comentar e tem cerca de uma semana para o enviar).

“Recomendo o seminário a quem goste da vertente do Direito Público e já tenha feito Direito fiscal. Ter bases de direito administrativo para fazer este seminário também é importante, por isso penso que seja uma optativa direcionada para alunos do 4ºano. A cadeira será especialmente interessante para quem tenha ideia de seguir o mestrado de fiscal e queira conhecer para além da vertente do direito subjetivo abordado na cadeira de Direito fiscal. É, sem dúvida, um bom complemento à cadeira de Direito fiscal.”

Beatriz Palma Gonçalves

CONTRATOS BANCÁRIOS

Professora: Joana Farrajota

A cadeira pretende introduzir os alunos ao Direito Bancário, dando-lhes a conhecer os principais contratos e operações bancários. Neste contexto, serão analisadas, em especial, as figuras do contrato de abertura de conta, do depósito, bem como um conjunto de operações de crédito, desde o mútuo ao leasing e ao factoring. Trata-se de uma cadeira de pendor eminentemente prático em que se privilegiará a relação entre o Direito e a prática bancária.

O **método de avaliação** consiste num exame escrito, com a duração de duas horas ou na apresentação de um trabalho.

“Vale muito a pena, essencialmente por ser uma área que existe permanentemente nas nossas vidas, e para a qual não há tempo nas cadeiras de Obrigações ou CNCO para aprofundar. Aborda-se renting e leasing, a particularidades dos juros bancários e a amplitude de contratos que um banco oferece”.

Pedro Casal

CONTRATOS CIVIS

Professor: Pedro Pais de Vasconcelos

Esta optativa centra-se em proporcionar aos alunos conhecimentos teóricos e práticos sobre dois dos principais contratos onerosos tipificados no Código Civil Português (compra e venda e locação em especial o arrendamento urbano). Pretende-se, também, que os alunos sejam capazes de resolver casos práticos, e que fiquem a conhecer o modo como as regras jurídicas têm sido aplicadas pela Jurisprudência, através da análise de decisões jurisprudenciais. É mais aconselhada para alunos de 3º e 4º ano, pois ajuda já ter tido algumas cadeiras de direito privado como TGN, Obrigações e Reais.

O **método de avaliação** consiste na participação nas aulas, um trabalho a meio do semestre (no ano 2020/2021, foi um comentário a um acórdão) e um teste no final do semestre.

“Achei a cadeira superinteressante, ganha-se muito conhecimento sobre os contratos civis.”

Henrique Vasconcelos

CURSO BREVE DE ARBITRAGEM

Professor: Luís Miguel Cortes Martins

Nesta optativa, aprende-se o funcionamento e as regras gerais da Arbitragem numa perspetiva essencialmente nacional, ainda que de forma introdutória. A arbitragem é um método de resolução de conflitos, através do qual as partes definem uma pessoa ou uma entidade que irá solucionar a controvérsia em causa, sem intervenção do poder judicial. Este curso explora as suas vantagens como forma de resolução de litígios e visa familiarizar o aluno com as diversas fontes normativas do instituto, promovendo a compreensão do interesse prático.

O **método de avaliação** consiste num exame escrito com uma série de perguntas de entre as quais o aluno pode escolher a quais responder, havendo sempre a possibilidade de se melhorar a nota em sede de oral de melhoria.

"Gostei bastante da cadeira, o professor era muito claro na exposição da matéria. Recomendo!"

Helena Lanova

DIREITO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Professor: Luís Barreto Xavier

É uma cadeira relativamente nova, que começou em 2019/20, e fala de vários temas relacionados com a Inteligência Artificial, entre eles a autonomia; a responsabilidade civil por danos causados por Inteligência Artificial; bases de sistemas de Inteligência Artificial; impacto no mercado de trabalho em geral; personalidade jurídica dos sistemas de Inteligência Artificial; regulação; ética e privacidade; impacto nas profissões jurídicas; etc. As aulas centram-se na participação dos alunos nas temáticas da semana, atribuindo-se uma avaliação contínua ao aluno que funciona nos mesmos moldes das cadeiras obrigatórias.

O **método de avaliação** consiste um trabalho escrito sobre um tema à escolha dos vários temas propostos pelo professor. Os temas são os tópicos que são percorridos ao longo do semestre.

“É de louvar a recente criação da cadeira optativa de Direito da Inteligência Artificial. Vivemos uma era de exponencial desenvolvimento tecnológico que potenciou a criação de sistemas de IA. No entanto, surgem preocupações éticas e jurídicas associadas a este setor, sendo importante discuti-las com espírito crítico. Foi precisamente isso que fizemos ao longo do semestre nesta cadeira, num ambiente de diálogo livre entre o Professor e os alunos. São problemas atuais com elevada relevância prática na vida de todos nós, passando muitas vezes despercebidos os efeitos destes sistemas. Recordo-me de precisamente no meu primeiro dia de aulas na faculdade, o Diretor Jorge Pereira da Silva falar sobre a profissão de jurista e o impacto que os sistemas de IA já têm a revolucionar este campo. Esta foi precisamente uma das temáticas da cadeira, acompanhada de muitas outras extremamente relevantes, tais como a responsabilidade civil, a personalidade jurídica e vários outros temas, fazendo pontos de ligação com outras cadeiras do curso. Profundamente interessante e relevante. Recomendo vivamente!”

Diogo Melo Pereira

DIREITO DA LIBERDADE RELIGIOSA

Professor: Miguel Assis Raimundo

A cadeira dá-nos uma visão sobre a realidade jurídica da religião na Europa, na comunidade internacional e em Portugal, e a forma como a mesma determina a constituição do Direito ao longo dos tempos e no panorama atual. A aprendizagem desta disciplina tem como objetivo a familiarização dos estudantes com os fundamentos do Direito da Liberdade Religiosa em Portugal e em perspetiva europeia e internacional, que consistem, essencialmente, na compreensão da liberdade religiosa como direito fundamental, e nos princípios jurídicos que estruturam a relação entre o Estado e as confissões religiosas.

O **método de avaliação** consiste numa ponderação entre a participação nas aulas e um trabalho escrito final.

“Direito da liberdade religiosa foi uma cadeira que me surpreendeu bastante, pois nunca pensei que houvesse tanto a dizer sobre liberdade religiosa num país como o nosso. Foi uma cadeira onde consegui obter um bom resultado, sem a dificuldade habitual das restantes cadeiras deste curso. É também uma cadeira que será melhor aproveitada depois de fazer Direito Constitucional, pelo facto de que são feitas várias pontes entre as matérias.”

Francisco Pena

DIREITO DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

Professor: Óscar Alberto Madureira

A disciplina pretende ensinar ao aluno os conceitos básicos para a compreensão do Direito da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), servindo, numa perspetiva dinâmica, como disciplina de preparação para os estudantes, especialmente os oriundos da RAEM, que pretendam, após a licenciatura, desenvolver a sua atividade profissional na RAEM, nas diversas áreas do direito. A disciplina contemplará noções dos diferentes Ramos do Direito de Macau, a sua estrutura e características específicas, complementando, assim, em nota jus comparatística, a formação geral dos alunos, proporcionada pela Escola de Lisboa. Pretende-se que os alunos, no final da cadeira fiquem dotados de um conhecimento sólido da realidade normativa da RAEM, com especial ênfase para as áreas do Direito Público – em especial, Constitucional – e dos Direitos Civil, Criminal, Comercial e Laboral. Concomitantemente, e como realidade inseparável da economia da RAEM, a cadeira deverá preparar os alunos para frequentarem o seminário de Direito do Jogo – a abrir no segundo semestre -, essencial para desenvolverem a sua atividade profissional em Macau.

O **método de avaliação** consiste num exame escrito final.

“É uma cadeira muito interessante, em que se estuda a história da região administrativa e de forma breve vários ramos do direito de Macau. As aulas foram lecionadas por vários professores especializados nas diferentes áreas, o que tornou as aulas mais dinâmicas. O exame é acessível e eles dão boas notas.”

Francisca Andrade

DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Professor: Filipe Venade

Nesta disciplina optativa, terão a oportunidade de explorar melhor o mundo do Direito das Pessoas com Deficiências e todas as suas variantes e adaptações, numa tutela multinível dos direitos humanos. Esta é uma realidade distante, com a qual a maioria de nós não se confronta no dia – a – dia. Se se decidirem inscrever, poderão aprender para além do Direito comum, fazendo-nos perceber que o Direito é para todos.

O **método de avaliação** consiste num trabalho escrito final.

“Esta é uma cadeira muito inovadora, que nos põe a pensar. Faz-nos perceber que há inúmeras temáticas que, ao longo do nosso curso, não são abordadas, mas que são essenciais devido à sua vertente humanitária, e que ainda falta muito para atingirmos uma igualdade de Direito para todos. Faz-nos abrir os olhos.”

José Doroana Almeida

DIREITO DO DESPORTO

Professor: José Manuel Meirim

A cadeira incide no estudo dos vários estatutos e regimes que se adequam ao Desporto em Portugal, nomeadamente em olhar para o Direito ao Desporto como um direito fundamental (constitucionalmente) e as suas diferentes fontes, tanto internas como internacionais. O aluno ficará, também, apto a dominar algumas das mais importantes estruturas desportivas – organizações desportivas como as federações desportivas, as ligas profissionais, os clubes desportivos ou as sociedades desportivas.

O **método de avaliação** consiste num exame e num trabalho final.

“Eu recomendo vivamente, é interessante e é uma área um pouco 'discreta' que deveria ser mais explorada! O Professor é 5 estrelas, tem um à-vontade característico nas aulas e explica bem as coisas. A única queixa geral que conheça será mesmo a exigência face à avaliação final, que porventura terá também sido reduzida, visto que agora em regime de Covid se faz um trabalho final apenas.”

Afonso Biscaia

DIREITO ROMANO

Professor: Carlos Sardinha

Nesta optativa, aprende-se a história político-constitucional de Roma e as fontes do Direito Romano, aprofundando o que já se aprendeu na disciplina de História do Direito. O programa do curso passa pela importância do Direito Romano, transmitindo os aspetos mais importantes da história político-constitucional de Roma e, por fim, apresenta, nos seus traços gerais, as fontes do Direito Romano no contexto da sua evolução histórica.

O **método de avaliação** consiste numa chamada oral, mais ou menos, de 20 minutos. O aluno escolhe o dia em que quer fazer a mesma. O exame oral consiste em perguntas feitas pelo professor sobre um determinado tema, normalmente, os temas abordados nas últimas aulas.

“Eu aconselho vivamente esta optativa, pelo simples facto que não é muito trabalhosa e facilmente tiram uma nota acima de 14. Dá para fazer a oral logo na segunda aula, e se tiverem uma nota que vos agrada ficam logo despachados!”

Luís Prazeres

EXERCÍCIO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS

Professor: Alexandre Sousa Machado

A optativa vai aprofundar o conhecimento da parte do Código Civil que legisla as responsabilidades parentais, permitindo aos alunos ganhar aptidão para analisar de forma legítima, crítica e responsável casos jurídicos na área ministrada. Paralelamente, estudar-se-ão todos os conceitos fundamentais para a interpretação dos processos, tais como filiação, maternidade e paternidade, guarda, custódia, etc., que também serão uma prioridade da disciplina.

O **método de avaliação** consiste num exame escrito final.

"Gostei bastante da cadeira. Na altura, quando fiz a cadeira, não havia um exame final, e sim apresentação de trabalhos!"

Bárbara Bento

INGLÊS JURÍDICO

Professora: Jane Duarte

Esta cadeira permite que os alunos fiquem habilitados a identificar, interpretar e reproduzir documentos de vários formatos, sendo essencial a participação em aula. Foca-se, também, no desenvolvimento das habilidades de comunicação sobre temas atuais ou polémicos da sociedade.

O **método de avaliação** consiste numa apresentação oral obrigatória e dois testes ao longo do semestre, tendo-se também em conta a participação.

“Acho que a exigência da cadeira não se adequa aos créditos, consumiu muito tempo, visto a carga horária ser muito grande. Há trabalhos de casa e é importante participar.”

Joana Sanches Horta

1º Semestre- Disciplinas Optativas TLC

GLOBAL GOVERNANCE

Professor: Luís Barroso

Focada na União Europeia, a disciplina pretende familiarizar os alunos com a natureza da organização da administração da UE, com ênfase nas suas novas formas de governação e poder executivo. Adicionalmente, espera-se que os estudantes consigam desenvolver opiniões sustentadas acerca de desafios jurídicos relacionados com a cada vez mais integrada e revelante administração europeia, em termos de funções e controlo.

O **método de avaliação** consiste num balanço entre a teoria e a prática, pelo que a avaliação final basear-se-á essencialmente no exame escrito, aliado a uma consideração positiva de uma participação ativa ao longo das aulas.

“O que eu achei é que se trata quase como um complemento da cadeira de Direito da UE com uma mistura de Direito Administrativo. É uma cadeira interessante que ajuda a perceber mais o processo de regulamentação dentro da UE e não é muito complicada. A matéria é de fácil perceção, o professor disponibilizou documentos para que nós preparássemos as aulas, e em todas as aulas ele procurava o máximo de participação possível. Assim, considero que a avaliação contínua é essencial para esta cadeira.”

Vitor Davi

HUMAN RIGHTS

Professor: Pavel Molek

A disciplina aborda os problemas básicos dos direitos humanos numa perspetiva comparativa, definindo as características específicas da relação entre direitos humanos e titulares e portadores de direitos. Será também analisada a evolução do pensamento filosófico e a proteção prática dos direitos humanos (Magna Carta e Declaração Universal dos Direitos Humanos) e a estrutura dos instrumentos contemporâneos de proteção dos direitos humanos em órgãos nacionais, regionais (especialmente da UE e do Conselho Europeu) e universalmente, bem como os procedimentos utilizados por esses órgãos. Ao estudar a jurisprudência do Tribunal de Justiça e de outras jurisdições nacionais, comentários e decisões de vários órgãos universais de direitos humanos, a disciplina aprofunda ferramentas básicas de interpretação dos direitos humanos e dos seus conflitos.

O **método de avaliação** consiste num moot court (12 valores) + na participação em aula (8 valores).

“Eu gostei imenso de human rights. Tive 18. É uma cadeira mega interessante que só recomendo fazer depois de terem feito direito da União Europeia e direitos fundamentais. O professor é mega acessível e simpático e faz com que as aulas sejam muito dinâmicas. Por fim, a única cena chata é que, pelo menos no meu ano, tivemos a cadeira todos os dias de manhã durante 2 semanas, e depois só tivemos 1 dia para preparar o moot court. O professor escolhe grupos de pessoas macaenses, de Erasmus e portuguesas, de forma a tentar fazer com que os alunos se conheçam e interajam entre si. Só não gostei que não tivéssemos muito tempo para preparar o moot court, até porque é com pessoas que nem sequer conhecemos. O moot court é um julgamento em que tens 2 partes e cada parte tem ao todo uns 10 minutos para apresentar o seu caso. 7 ou 5 para apresentar o caso, e depois 2 minutos para contestar o que a outra parte disse. E não há tolerância. O que é chato, porque a avaliação dá-se em 2 minutos. Mas não me arrependo nada. O melhor método para fazer a cadeira é tentar participar em todas as aulas, porque quanto mais participares, melhor nota vais ter, mesmo que o moot court não corra tão bem. O moot court vale mais do que a participação, mas acho que o professor recompensa quem participa mais”.

Anónimo

INTERNATIONAL INVESTMENT ARBITRATION

Professor: Tiago Duarte

A disciplina de International Investment Arbitration analisa os principais aspetos da arbitragem internacional de proteção de investimentos, que envolve a resolução de litígios entre investidores internacionais e Estados soberanos.

O **método de avaliação** consiste num exame de verdadeiro/falso.

"Este seminário é bastante enriquecedor, deixa-nos muito cativados e ansiosos para aprender mais sobre o processo de arbitragem internacional, é bastante acessível mesmo para alunos que começam no 2º ano a fazer o TLC. O professor disponibiliza PowerPoints completos, e tudo o que diz na aula é o que precisamos de saber para o exame final. O professor é muito prestável, ajuda no que for preciso, e é bastante generoso com as notas. As aulas não são de todo aborrecidas, e o exame final é um exame de Verdadeiros e Falsos. Se tivermos atentos e participativos nas aulas, é o suficiente para tirar uma boa nota no seminário."

Inês Oliveira

"É uma cadeira interessante que consegue, no número de horas reduzido que tem, dar um bom insight do que é a arbitragem internacional, sem ser excessivamente exaustivo, mas com a suficiente profundidade. A dificuldade é proporcional às horas e ao número de créditos e o professor mostrou-se sempre disponível a ajudar os alunos. As aulas são fáceis de acompanhar, o inglês não é demasiado técnico ao ponto de dificultar a compreensão, e são-nos proporcionados os materiais necessários para o estudo e para fazer o exame sem grandes dificuldades. Se perguntarem se o recomendo: sim. As notas foram boas, a matéria era interessante e o Tiago Duarte é uma personagem que fez as aulas um bocado mais ativas e engraçadas do que se podia estar à espera."

Raquel Paramés

INTERNATIONAL LAW OF SEAS

Professor: Irini Papanicolopulu

Nesta disciplina de TLC, vai-se abordar o Direito Internacional do Mar. O intuito da cadeira é ensinar os alunos um método crítico de pensamento e compreensão das regras e princípios fundamentais do Direito do Mar. É um seminário à base de *problem solving*, que aborda alguns problemas relacionados com o mar, como a poluição marinha (derrames de petróleo, pesca proibida...) e os vários tratados e responsabilidade dos Estados nesse domínio.

O **método de avaliação** consiste num *take home exam*.

"Ótima professora, e matéria superinteressante, mas que tem algumas partes não muito óbvias e bastante específicas."

Anónimo

INTRODUCTION TO ANGLO-AMERICAN LAW

Professor: Bruce La Pierre

Esta optativa procura ensinar aos alunos a exclusividade da lei americana, vendo a lei como processo: uma combinação de direito comum, lei estatutária e lei constitucional. Assim, aborda-se a forma de aplicação dos casos, estatutos e Constituição por parte dos advogados e juizes americanos. Em acréscimo, os alunos aprenderão acerca do funcionamento dos tribunais americanos e do meio como estes protegem os direitos individuais, desenvolvendo capacidades de análise de casos concretos.

O **método de avaliação** consiste num *take-home exam*, composto por um conjunto de perguntas às quais os alunos têm um dia inteiro para responder.

“A optativa de Introduction to Anglo-American Law oferece uma excelente perspectiva sobre os principais "landmark cases" da jurisprudência norte-americana, com especial incidência sobre os temas de "product liability", lançando as bases para a compreensão da dogmática norte-americana da responsabilidade. A disciplina é lecionada de forma dinâmica e com grande conhecimento de causa, sendo que os materiais facultados permitem um acompanhamento eficaz dos temas. De todas as disciplinas que compõem o programa TLC, não tenho dúvidas de que estamos perante uma das disciplinas que melhor cumpre o desiderato de expor os estudantes a algumas questões estruturais do direito norte-americano, cujas "ondas de choque", nesta era da globalização, se repercutem por todo o mundo jurídico.”

Pedro Palma Gonçalves

INTRODUCTION TO COMPETITION LAW/ANTITRUST LAW

Professora: Rosa Greaves

Através da frequência na disciplina, os estudantes aprendem os conceitos, princípios, funções e regras fundamentais do direito da concorrência da União Europeia; passam a compreender as razões para o desenvolvimento do direito da concorrência da União Europeia; ganham capacidade de explicar e analisar problemas relacionados tanto com os aspetos substanciais quanto processuais do direito da concorrência da União Europeia; ficam habilitados a produzir críticas informadas e independentes dos julgamentos dos tribunais europeus e da Comissão Europeia no domínio do direito da concorrência.

O **método de avaliação** consiste num essay (50%) + num exercício de resolução de problemas (50%). Em pandemia, consistiu num take-home exam.

“É uma optativa acessível e interessante, o método de avaliação consiste num take-home exam sobre conteúdos que foram discutidos em aula e a professora explica a matéria de forma clara.”

Simão Henriques

“A cadeira de competition/Antitrust Law é super interessante para quem está interessado em seguir algo mais empresarial. Tem uma componente forte de interdisciplinaridade entre direito e economia (e até um pouco de gestão), o que torna o que estudamos muito mais interessante. Foi a minha cadeira favorita do curso. A Professora Rosa Greaves explica bem, mas fala muito rapidamente e pode ser difícil acompanhá-la. Mas dá boas notas. Vale a pena comprar o livro.”

Ana Rita Seidi

INTRODUCTION TO EU INTERNATIONAL MARKET (nome antigo: International Market)

Professor: Inês Quadros

Nesta optativa, aprende-se a analisar o principal enquadramento jurídico que rege as liberdades do mercado interno, com base em acórdãos do Tribunal da União Europeia, sobre este mesmo domínio. É recomendável para alunos de 3º e 4º ano, visto parte da informação ser dada no 2º semestre do 2º ano em Direito da União Europeia, o que facilita a aprendizagem.

O **método de avaliação** consiste num exame escrito final, com um caso que aborda uma questão que se deu em aula, no qual se devem expor os argumentos das partes e qual seria a nossa posição. A participação nas aulas é feita com base na preparação e leitura dos acórdãos (preparar factos, decisões, argumentos de ambas as partes, qual o problema em questão) e essa participação é tida em conta pela professora na atribuição da nota final.

“É uma cadeira um pouco trabalhosa, uma vez que quem prepara as aulas tem muitos acórdãos para estudar para o exame, mas é interessante e mais fácil para quem já teve DUE. A docente é muito boa professora e muito simpática; o seu inglês é de fácil compreensão, muito disponível para tirar dúvidas, dando imensas recomendações de leituras (para os alunos de 2º ano, sabendo que estes ainda não têm conhecimentos aprofundados em Direito da União Europeia)”.

Patrícia Branco

INTRODUCTION TO ISLAMIC LEGAL THOUGHT

Professor: Salar Abbaasi

Nesta optativa, aborda-se a história política e do direito islâmico, a doutrina de vários filósofos e como se concretizou a ideologia que existe nos dias de hoje. Fala-se, ainda, sobre o pensamento jurídico islâmico (não tanto o ordenamento jurídico em si, uma vez que a cadeira não se foca na legislação islâmica, e sim na sua ideologia, como se molda o pensamento jurídico da sua população, fazendo uma comparação com a nossa).

O **método de avaliação** consiste num exame escrito final, com 8 perguntas, com uma duração de 2h30m. O aluno leva avaliação contínua com base na participação e apresentações feitas ao longo do semestre. É necessário fazer cerca de 2/3 apresentações em grupo, sobre temas que o professor dá. A nota do exame faz média com a avaliação contínua, exceto se no exame final se obtiver uma nota superior à contínua.

“É uma optativa fora da caixa, uma vez que versa sobre um ordenamento jurídico e uma corrente filosófica completamente diferentes de tudo o que conhecemos e já estudámos. É uma cadeira pesada, pois dá-se muita matéria: falámos do Império Otomano, do conflito entre Israel e Palestina.... É uma optativa útil, no sentido de nos expandir os horizontes, uma vez que nos apresenta toda uma nova perspetiva. O professor era muito culto, dava para perceber que já tinha viajado e lido muito. Era acessível, simpático e era muito fácil comunicar com ele (talvez por ser mais jovem)”.

Anna Pelizzari

INTRODUCTION TO THE LAW IN A DIGITAL ECONOMY

Professor: Eduardo Magrani

Este curso vai incidir sobre o ambiente da Internet das Coisas, observando a sua inter-relação com o exercício dos direitos humanos na Internet, como a liberdade de expressão, inclusão digital, segurança e privacidade e propriedade intelectual. Para investigar o potencial da internet das coisas, procura-se analisar novos modelos de negócios que surgem no mundo econômico atual, bem como aspetos dos mercados digitais e as suas relações com as formas tradicionais de produção, distribuição e consumo cultural.

O **método de avaliação** consiste num trabalho final de opinião sobre um caso da vida real, cujo objetivo é exatamente expor argumentos e expandir a matéria discutida nas aulas.

“A disciplina foi superinteressante a nível de conteúdo, as aulas são lecionadas através da discussão de temas com os alunos. Quase todas as aulas, o professor trouxe convidados de cada área para elaborar melhor a matéria, o que se tornou muito cativante. A disciplina ajuda realmente a discutir os prós e contras das matérias discutidas. A participação em aula foi valorizada, mas não necessária para ter bons resultados. Para além de ter sido cativante discutir os temas, a avaliação foi bastante acessível e houve muito boas notas! “

Inês Rio Maior

LAW AND GENDER EQUALITY

Professor: Bertil Emrah Oder

O curso abrange o desenvolvimento histórico do movimento de mulheres e jurisprudência feminista, as ondas do feminismo e seu impacto na lei, a constitucionalização da igualdade de género de uma perspetiva normativa e política, a jurisprudência de género neutro e sensível ao género em jurisdições selecionadas, igualdade de género e organizações internacionais, a Convenção sobre a Eliminação de Todos os Tipos de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e sua aplicação doméstica, Convenção de Belém de Paro e Convenção de Istambul, identidade de género e LGBTQ-I, as questões atuais de igualdade de género, como movimentos antigénero, a crise COVID-19, pobreza e Desenvolvimento Sustentável Metas (ODS).

O **método de avaliação** consiste num balanço entre participação nas aulas, através do envolvimento nas discussões que surge, que vale 10%, mais a apresentação de um trabalho (podendo ser em *powerpoint*, em pessoa ou vídeo) que vale 40%, e ainda uma *essay* final relacionada com a reflexão sobre os assuntos explorados na aula, que vale 50% da nota.

“Os temas são super pertinentes, a professora é muito aberta à participação dos Alunos (e muito simpática), a avaliação é em parte dedicada a apresentações orais curtas e um paper final relacionado com Law and Gender Equality”

Inês Elias

LAW IN THE AGE OF CLIMATE CHANGE

Professor: Armando Rocha

Esta cadeira foca-se nas alterações climáticas e em como estas são o fenómeno mais desafiante da atualidade. Para os juristas, as alterações climáticas não são apenas um fenómeno de observação, mas antes um fenómeno com impacto sobre o próprio sistema jurídico. Adotando uma perspetiva de direito internacional, este seminário tem em vista demonstrar aos alunos exemplos do impacto significativo que as alterações climáticas têm em vários domínios do direito internacional público (ex. direito das migrações e dos refugiados, direitos humanos, ou direito do mar) e fazê-los compreender os instrumentos e institutos que têm (ou devem) ser desenvolvidos para lidar com este fenómeno.

O **método de avaliação** consiste num *take home exam*.

“O professor armando é superacessível e simpático. A avaliação foi por take home exam, e as aulas funcionavam à base de powerpoints. O professor atualizava o moodle com toda a informação da aula e leituras complementares. A cadeira é muito acessível e interessante. As notas variam entre o 11-15.”

Mariana Vicente

REPUTATION AND RESPONSIBLE BUSINESS

Professor: Rita Mota

As aulas funcionam em regime teórico-prático, conjugando uma visão abrangente de várias cadeiras, com o objetivo de fornecer uma conduta comercial responsável através da reflexão. A cadeira funciona com base em *powerpoints* sobre a matéria.

O **método de avaliação** consiste um trabalho escrito.

“A professora é superacessível, tem imensa experiência profissional e académica, as notas são ótimas, para além de não ser uma cadeira nada pesada”.

Mariana Vicente

2º Semestre- Disciplinas Optativas

DIREITO DA SAÚDE

Professor: Tiago Macieirinha

Nesta optativa, os alunos vão compreender o Direito da Saúde, enquanto disciplina autónoma das ciências jurídicas, e os seus princípios e dogmática próprios, partindo da exigência constitucional do direito fundamental à proteção da saúde. A optativa vai-se focar no sistema de saúde português, nos vários níveis de cuidados de saúde (primários, hospitalares e continuados) e no estudo da relação jurídica de prestação de cuidados de saúde, no âmbito do SNS e das formas privadas de medicina, com especial incidência para os direitos dos pacientes.

O **método de avaliação** consiste num teste no fim do semestre

“Direito da saúde é um mundo que o Prof. Tiago Macieirinha domina. Sem dúvida que haveria muito mais a falar, mas não há muito tempo. Apesar de não ser considerada uma área tradicional do direito cada vez está a ganhar mais relevância e o conhecimento teórico da área ajudará um futuro profissional do direito.”

Henrique Vasconcelos

DIREITO DE AUTOR

Professor: Tito Rendas

Nesta cadeira, estuda-se a problemática do direito de autor e os desafios postos pela era digital, que favorece a partilha quantidades inimagináveis de informação e bens culturais, mas que, por outro lado, facilita a violação dos direitos de autor sobre esses mesmos bens. O objetivo fundamental da disciplina é conduzir os alunos à compreensão do direito de autor no contexto da sociedade de informação e deste dilema em particular. Para tal, importa primeiro dar-lhes a conhecer a evolução histórico-comparada e a problemática da natureza jurídica e das teorias de justificação do direito de autor, para, num segundo momento, se proceder ao estudo crítico do seu regime geral contra o pano de fundo da evolução tecnológica.

O **método de avaliação** consiste num *take home exam*, tendo os alunos 72h para responder e entregar.

“É uma cadeira muito dinâmica e cativante para quem tem curiosidade por saber um pouco mais sobre o regime aplicável à proteção da propriedade intelectual. Como toda a cadeira é dada com base em casos reais, acabamos com uma grande noção de como funciona na prática o direito de autor.”

Beatriz Palma Gonçalves

DIREITO DO JOGO

Professor: Óscar Madureira

A matéria do seminário abrange o tema do jogo em vários ordenamentos jurídicos, mas com especial enfoque para o ordenamento jurídico português.

O **método de avaliação** consiste num trabalho escrito.

“No meu ano, a cadeira era lecionada por três professores de renome, ligados ao Direito do Jogo por razões diferentes, que contavam muitas histórias e a sua experiência na área. Eu achei a cadeira interessante, mostra uma vertente do Direito diferente das tradicionais, as aulas são muito interativas e participativas. Houve um exame no fim com várias perguntas, das quais podíamos escolher 3 ou 4, de resposta simples e rápida, sobre coisas que constavam dos powerpoints e que falámos nas aulas”

Anónimo

“Direito do Jogo é uma optativa do 2 semestre é dada pelo Dr. Pedro Cortês e pelo Dr. Óscar Madureira. É uma cadeira interessante sobre um ramo de direito "exótico", no fundo um direito muito especializado e de nicho. O método de avaliação é feito por um trabalho escrito.”

Henrique Vasconcelos

DIREITO E VOLUNTARIADO

Professor: Maria da Glória Garcia (Coordenação); Joana Arnaut

Esta disciplina procura essencialmente consciencializar os estudantes de Direito para as vulnerabilidades humanas e para os problemas sociais presentes na comunidade onde virão a desempenhar a sua missão de juristas. Trata-se de uma disciplina que se enquadra na metodologia de *Service Learning*, segundo a qual os estudantes, ao contribuírem para a solução de problemas reais da comunidade, compreendem melhor o que é a justiça social e quais as suas exigências, mas também as suas próprias aptidões e potencial para as realizar.

O **método de** avaliação consiste em dois momentos distintos. Na primeira parte do semestre, os alunos têm aulas na Universidade, lecionadas pelas docentes da disciplina e por convidados de várias áreas profissionais, mas todos com percurso e experiência ligados à promoção da sustentabilidade social. Os alunos são avaliados pela sua participação nas aulas e, no final desta parte, realizam um teste escrito. Na segunda parte do semestre, divididos em pequenos grupos, e em horário compatível com o horário escolar, os alunos prestam trabalho efetivo junto de entidades promotoras de voluntariado, num total de 15 horas, após as quais são avaliados pela instituição e por um docente da Faculdade que os acompanha ao longo do trabalho. Os alunos são ainda avaliados através de um relatório individual da sua experiência de trabalho prático.

“Quem anda no curso de Direito tem tendência a descartar a priori a cadeira de Direito e Voluntariado. Confesso que eu próprio pensei nisso. Mas a verdade é que fiz a cadeira e foi uma experiência muito interessante. O programa toca em assuntos fundamentais da atualidade e convida o aluno a refletir sobre o tema central: existirá o dever jurídico de sermos solidários uns com os outros? Para além disso, o programa da cadeira também conta com uma vertente prática extraordinária permitindo o contacto do aluno com instituições sociais. Ao longo do curso somos levados a crer que o bom jurista será aquele que melhor conhecer a lei; ou aquele que faz melhor uso da retórica. Não obstante isso, o bom jurista é também aquele que se preocupa com o bem comum. E é isso que a cadeira de Direito e Voluntariado propõe.”

António Barbosa

DIREITO EUROPEU DOS DIREITOS HUMANOS

Professor: Paulo Pinto de Albuquerque

Nesta optativa, aprende-se o funcionamento do TEDH e como usar a base de dados do HUDOC, que é muito útil para pesquisar acórdãos para outras cadeiras. A cadeira é muito à base de analisar acórdãos ao longo das aulas, de modo a conhecer o sistema de proteção de direitos humanos na Europa e em Portugal, bem como a sua jurisprudência essencial sobre direitos da Convenção Europeia dos Direitos Humanos.

O **método de avaliação** consiste num trabalho escrito com 4000 palavras sobre um acórdão do TEDH, que cada aluno pode escolher de um grupo de acórdãos que o professor seleciona, devendo comentar o conteúdo desse acórdão e relacioná-lo com a matéria dada.

“Uma cadeira e acórdãos muito interessantes, e o professor é super claro a explicar a matéria, estimulando imenso a que prestemos atenção às suas aulas.”

Anónimo

HISTÓRIA DAS IDEIAS POLÍTICAS

Professor: Luís Fábrika

Esta optativa aprofunda o pensamento político ocidental, desde a Grécia antiga até meados do século XVIII, falando das teorias políticas e filosóficas de cada autor. Apesar de haver muitos autores que abordam estes temas, o professor faz uma seleção daqueles que são considerados os mais emblemáticos teóricos do pensamento político ocidental, como Platão, Maquiavel ou Rousseau

O **método de avaliação** consiste num teste no fim do semestre.

“É uma oportunidade de voltar a abordar as teorias políticas dos diferentes autores, sendo uma cadeira no seguimento de Fundamentos do Direito Público e ainda mais interessante, visto aprofundar as orientações políticas de cada autor. O professor era muito claro e gostei mais do que estava à espera. É uma cadeira muito teórica, indicada para quem gosta mais de teoria do que da prática”.

Maria Antunes

PROCESSO EXECUTIVO

Professor: Isabel Alexandre

A disciplina estuda a ação judicial destinada à realização coativa das obrigações reconhecidas em sentenças ou noutros títulos executivos, tendo em conta a sua regulação na lei substantiva (sobretudo, no Código Civil) e na lei processual (sobretudo, no Código de Processo Civil). Os alunos estudam a ação executiva na vertente processual e substantiva, consolidando e desenvolvendo matérias estudadas em Direito das Obrigações e em Processo Declarativo, e apreendendo mais intensamente a sua dimensão prática. As aulas são em parte expositivas, com discussão na turma das matérias lecionadas, e em parte práticas, com realização de hipóteses e análise de casos de jurisprudência.

O **método de avaliação** consiste num trabalho que os alunos levarão a cabo durante a disciplina (com um máximo de 20 páginas) e num exame final, cada um dos elementos valendo 50% e prevalecendo a nota do exame final, se for superior. Podem também fazer melhoria de nota (exame oral), após a avaliação através daqueles dois elementos.

PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Professora: Clara Vieira Guerra

É objetivo geral da cadeira aprofundar o conhecimento dos alunos sobre o direito fundamental à proteção de dados pessoais e incentivar a análise sobre o papel do direito na era digital. Pretende-se que sejam apreendidas as questões-chave do regime de proteção de dados à luz do novo quadro legal europeu - regulamento (UE) 2016/679 - e que seja equacionada a sua aplicação prática, tendo em conta os antecedentes históricos.

O **método de avaliação** consiste numa prova escrita final (com duração de 150 minutos), tendo ainda como indicadores de referência a assiduidade e a participação nas aulas. Os alunos que pretendam melhorar a nota podem ainda candidatar-se a uma prova oral.

“O seminário de Proteção de Dados Pessoais aborda temáticas interessantes e atuais, que permitem uma fácil aproximação ao direito digital e aos riscos e vantagens a ele associados. A forma como os dados pessoais dos utilizadores circula, a maneira como são guardados e protegidos na internet são alguns dos tópicos estudados. É uma cadeira opcional, cuja avaliação costuma ser feita através de um teste, marcado previamente, mas que não coincide, normalmente, com a época de exames, o que se revela uma vantagem. A professora que leciona a cadeira é acessível e mostrou-se sempre pronta a ajudar-nos e a encontrar soluções alternativas para que fosse possível realizar o teste, aquando da passagem do regime presencial para o regime remoto.”

Mariana Fortunato

2º Semestre- Disciplinas Optativas TLC

BLOCKCHAIN AND THE LAW

Professor: Martinho Lucas Pires

Nesta optativa, apresentam-se e discutem-se os principais desafios jurídicos colocados pela utilização de tecnologias de registo partilhado (TRPs), commumente conhecidas como *blockchains*. O objetivo é permitir que os participantes, no final do curso, possam ter um entendimento do que são as TRPs, as suas vantagens e desvantagens, como funcionam e para que fim, e que sejam capazes e identificar e refletir sobre as principais questões jurídicas, atuais e futuras, colocadas pela adoção generalizada da tecnologia.

O **método de avaliação** consiste num trabalho escrito no final do semestre.

“É um tema muito atual e relevante. O professor é muito interativo, explica muito bem a matéria com um inglês excelente. O exame não é excessivamente difícil e temos muitos materiais de apoio para o fazer, que o professor nos disponibiliza, logo é perfeitamente possível ter boa nota.”

Beatriz Neto

EUROPEAN COMPANY LAW

Professor: José Ferreira Gomes

Os alunos ficam a conhecer as principais normas a que estão sujeitas as empresas na Alemanha, mas também os principais modelos em diferentes Estados-Membros. Desse modo, eles veem todo o "organismo" do direito empresarial na Europa a vários níveis. Isto inclui a criação, registo, organização, direitos dos acionistas, financiamento, alterações fundamentais, nomeadamente fusões e aquisições, a empresa europeia e também a base teórica, por exemplo da economia.

O **método de avaliação** consiste num teste que compreende a resolução de casos e pequenas perguntas.

“O Professor de European Company Law explica muito bem a matéria, apesar de falar muito rápido e às vezes ser difícil acompanhar. A matéria é muito interessante para quem tem interesse em saber como as empresas são constituídas a nível europeu e as regras que a UE sujeita às empresas. No entanto, recomendo mesmo que façam a cadeira depois de terem tido Direito Comercial, porque sem essa base é ainda mais difícil acompanhar a matéria. O Professor dá boas notas.”

Ana Rita Seidi

EUROPEAN UNION COPYRIGHT LAW

Professores: Tito Rendas; João Pedro Quintais

O objetivo fundamental da disciplina é dotar os alunos de conhecimento e compreensão aprofundados sobre proteção dos direitos de autor a nível da UE, incluindo a capacidade de aplicar, analisar, sintetizar e avaliar matérias relevantes. Assim, procede-se à análise de diferentes instrumentos europeus no domínio do direito de autor, bem como a jurisprudência pertinente do TJUE (e, ocasionalmente, dos tribunais dos Estados-Membros e dos EUA). Os mesmos serão discutidos no contexto de uma questão fundamental: se a legislação de direitos autorais da UE é capaz de se adaptar a um ambiente social, económico e tecnológico em rápida mudança. Além disso, os alunos serão convidados a avaliar de forma crítica a pendente reforma dos direitos autorais da UE, com foco na proposta de diretiva sobre direitos autorais/direito de autor no mercado único digital.

O **método de avaliação** consiste num exame final, cuja nota vale 80% da nota, e na participação em aula (20%).

“EU Copyright Law é uma disciplina que devia valer mais do que realmente vale. Não é difícil, mas a exigência da disciplina é grande. Fiz a disciplina numa altura já de COVID e o regime de avaliação mudou um pouco. As aulas, em vez de serem presenciais, passaram a ser gravadas, aulas essas a que os alunos podiam aceder via PowerPoints disponibilizados pela disciplina. A cadeira tem a duração total de 2 semanas e é lecionada por 2 professores (à vez, um em cada semana). Por norma, existe um trabalho oral que vale cerca de 30% da nota final juntamente com a participação. Sendo os restantes 70% o exame escrito. No entanto, como já estávamos num estado de pandemia nessa altura, essas apresentações orais não se realizaram. O exame é formato “take home” e os alunos têm cerca de 3 dias para o realizar. Os professores são justos a dar notas e se se esforçarem conseguem atingir qualquer nota. A disciplina é interessante, sem dúvida que se aprende muito e tem temas bastante relevantes no seu programa, pelo que a recomendo. Do ponto de vista do TLC e dos ECTS de disciplinas optativas que o aluno tem que realizar, penso que existem melhores opções, que não dão tanto trabalho e valem mais ECTS do que apenas 4.”

Tomás Goes

FEDERALISM AND THE EU

Professor: Mattej Acceto

Nesta optativa, os alunos têm a oportunidade de analisar a estrutura institucional e a ordem jurídica da União Europeia como um acordo federal entre a união de poderes e a autonomia de seus membros. O objetivo é olhar para lá das características básicas da ordem jurídica da UE, reavaliá-las num contexto mais amplo. Pretende-se que os alunos fiquem familiarizados com as características políticas, legislativas e judiciais do acordo institucional da UE e sejam capazes de envolver-se, de forma crítica, em questões relacionadas com as reformas constitucionais europeias atuais e futuras.

O **método de avaliação** consiste num *take home exam*.

“Eu recomendo porque achei uma área interessante e achei o professor um bom professor, mas não é uma cadeira muito fácil – é preciso trabalhar para ter boa nota.”

António Albuquerque

INTERNATIONAL CRIMINAL LAW

Professor: Leila Nadya Sadat

Este curso vai incidir maioritariamente sobre jurisprudência do Tribunal Criminal Internacional. Estuda-se principalmente temas como o crime de genocídio, provocado pelo caso do Presidente Omar Al Bashir, a aplicação de crimes contra a humanidade praticados por grupos de indivíduos (terroristas), a prossecução de crimes de guerra pelo tribunal criminal internacional e a procura da definição de crime de agressão à luz da opinião do tribunal.

O **método de avaliação** consiste num exame com consulta, contudo tem-se em consideração a participação e assiduidade nas aulas para a determinação da nota final.

“A cadeira de International Criminal Law foi, sem dúvida, das minhas preferidas do TLC. Com uma professora extremamente acessível, as aulas são interessantes e interativas. Tem como foco dar-nos uma primeira aproximação ao International Criminal Court (ICC) e aos crimes que este julga. A matéria é dada, essencialmente, com recorrendo a um case method, em que conhecemos os casos mais relevantes. Falámos, também, das relações entre as jurisdições (nacionais e internacionais). Aconselho vivamente a frequentar este seminário porque nos ajuda a perceber melhor muitas situações de que ouvimos falar constantemente e casos meditativos a nível internacional, de uma perspetiva jurídica!”

Bárbara Fragoso

INTERNATIONAL LAW IN THE AGE OF GLOBALIZATION

Professor: Randall Lesaffer

A disciplina pretende que os alunos tenham uma visão e uma capacidade de reflexão sobre as mudanças pelas quais o direito internacional passou com o impacto da "globalização", após a Guerra Fria e o fim da divisão do mundo entre o bloco ocidental, o bloco comunista e o movimento não alinhado. Isso proporcionará ao aluno uma compreensão mais profunda sobre alguns desenvolvimentos fundamentais que marcam e marcaram a ordem jurídica mundial: o estabelecimento dos direitos humanos e a autodeterminação, o renascimento do mecanismo de segurança coletiva das Nações Unidas, o intervencionismo humanitário e a institucionalização da ordem mundial.

O **método de avaliação** consiste na realização um exame escrito final, no qual é permitida a consulta das obras recomendadas ou de outros materiais e apontamentos.

"Esta optativa é muito teórica e tem uma vertente histórica forte. Com a pandemia, fomos obrigados a ter aulas online e, talvez por isso, as aulas não tenham sido tão interessantes, e até meio confusas. A maior parte das vezes tinha dificuldade em ouvir o professor e, no geral, sendo mesmo sincera, não achei a optativa mais interessante de sempre. O professor é muito simpático e acessível, mas as aulas eram pouco interativas."

Anónimo

MOOT COURT – TRIAL

Professor: Fernando Oliveira e Sá

A estrutura desta cadeira é a mesma que a do Moot Court – Introduction do primeiro semestre. Tem-se de ter feito essa primeira optativa introdutória para se poder inscrever nesta segunda! A tua participação nesta disciplina depende da escolha dos professores, dependendo da equipa que integraste no Moot Court – Introduction e como foi a tua prestação, havendo, em média, 5 vagas por anos. É uma disciplina semanal, que visa preparar para um Moot Court, que versa sobre contratos de serviços e bens internacionais.

O **método de avaliação** consiste num exame oral obrigatório final, sendo também tidos em conta os vários trabalhos e participações orais ao longo do semestre.

“É uma optativa trabalhosa, comparando com outras optativas, que exige conhecimentos prévios de Processo Civil e Direito Internacional Privado.”

Tomás Varandas

PROPERTY LAW

Professor: Laurie Reynolds

Esta optativa foca-se no estudo do tópico de direitos de propriedade e os seus conceitos e princípios. Estuda-se detalhadamente o direito de propriedade, compropriedade, usufruto, uso e habitação, bem como o direito de superfície e direitos de segurança e aquisição.

O **método de avaliação** consiste numa ponderação entre a nota de avaliação contínua (baseada na participação dos alunos nas aulas práticas, (50%) e na nota do teste escrito (50%)), e a nota do exame escrito realizado no final do semestre.

"Property Law é uma cadeira optativa do Transnational Law Curriculum. São os Direitos Reais, mas nos Estados Unidos, por isso, discute-se vários acórdãos do Supremo Tribunal de Justiça Americano. É uma cadeira muito interessante, visto que se discute o que é a propriedade, o que é que podemos fazer com a propriedade, e o poder que o Estado pode ter perante a nossa propriedade. A Professora faz comparações bastante interessantes, permitindo que a pessoa aprenda sobre os direitos reais dos Estados Unidos, mas dando bases para perceber como é que funciona no sistema português."

Ulrica Lowndes Marques

QUESTIONS OF INTERNATIONAL LAW: AGRESSION AND EMERGING TECHNOLOGIES OF WARFARE

Professor: Afonso Seixas-Nunes

Este seminário examina um leque de questões internacionais que surgem em relação com os conflitos armados, como a possibilidade e as circunstâncias em que os Estados podem usar a força ou questões humanitárias legais e que, atualmente, são centrais no debate internacional. Divide-se em três partes. A abordagem selecionada para este seminário é um balanço entre um método doutrinal e prático do Direito Internacional. É conveniente que os alunos tenham feito previamente a cadeira de PIL (Public International Law).

O **método de avaliação** pode variar. Cada seminário tem 2h30 de duração, onde decorrerão debates entre equipas de alunos, com dois ou três alunos a assumir o papel de juízes e, posteriormente, o professor ajudará a aprimorar os argumentos utilizados. Para a avaliação final, os alunos podem escolher um dos três modelos:

1) - 50 pontos: Participação (participação ativa em cinco seminários, onde, em cada um deles, é atribuída uma avaliação até 10 pontos)

- 150 pontos: Exame escrito (os alunos devem responder a duas perguntas de quatro, acerca de um caso)

2) - 50 pontos: Participação (participação ativa em cinco seminários, onde, em cada um deles, é atribuída uma avaliação até 10 pontos)

- 100 pontos: Uma composição escrita com um limite de 2500 palavras acerca de um caso

- 50 pontos: Defesa oral da composição

3) - 20 pontos: Participação (participação ativa em dois seminários, onde, em cada um deles, é atribuída uma avaliação até 10 pontos)

- 130 pontos: Composição escrita com um limite de 4000 palavras, sobre um tópico à escolha do aluno

- 50 pontos: Defesa oral da composição

RESTORATIVE JUSTICE

Professores: Pedro Garcia Marques; Marta Sá Rebelo

Esta cadeira optativa interativa introduz os alunos a um método de resolução de conflitos que não é aprofundadamente estudado ao longo do curso. É um processo que vê para além do próprio crime, focando-se em como este prejudica as pessoas envolvidas e a própria comunidade. Esta é uma abordagem que se tem vindo a difundir sempre mais em países como a Inglaterra e o Canadá. O objeto é ensinar aos alunos os elementos chave deste instituto e que eles compreendam e consigam aplicar a sua metodologia específica na resolução de conflitos.

O **método de avaliação** consiste numa apresentação final de um caso em grupo + um teste final por escrito.

“É uma cadeira muito acessível e realmente interessante, onde resolvemos casos e abordamos uma temática que não é abordada em mais nenhuma cadeira ao longo do curso.”

Andreia Mosca

RIGHT TO FAIR TRIAL

Professor: Pavel Molek

Esta optativa aborda os problemas básicos de uma das áreas mais complexas: o direito ao julgamento justo. A disciplina é tão importante para aqueles que conhecem de forma geral os Direitos Humanos, como para aqueles que não tiveram formação nesse sentido, conferindo aos alunos a capacidade de se orientarem nos problemas mais complicados acerca do direito ao julgamento justo.

O **método de avaliação** consiste numa ponderação entre 30% de participação nas aulas e 70% do exame final. As aulas baseiam-se em leitura e posteriores debates acerca dos conteúdos analisados.

“Basicamente, quando eu fiz a cadeira, durava só quatro dias e tínhamos que ler bastantes acórdãos para todas as aulas. Era intenso porque exigia sempre uma preparação prévia e nem sempre é fácil estar a ler tanto para a aula seguinte, mas é muito interessante e gostei imenso. Tive boa nota no exame, mas as notas no geral não foram espetaculares, porque o exame era diferente do que tínhamos feito nas aulas e tínhamos pouco tempo para resolver. No geral, aconselho, porque é interessante.”

Ecaterina Ciubotaru

THE INTERNATIONAL PROTECTION OF SOCIO-ECONOMIC RIGHTS

Professor: Catarina de Albuquerque

Este curso vai abranger os direitos que foram surgindo após a Segunda Guerra Mundial e como os mesmos foram evoluindo à luz dos recentes acontecimentos internacionais. Procura-se relacionar esses direitos com os próprios direitos humanos e como eles estão ligados à nossa sociedade, por exemplo, como eles se relacionam com a privatização dos serviços públicos, as obrigações do Estado perante esses direitos, etc.

O **método de avaliação** consiste num exame feito em casa (um conjunto de pequenas perguntas e a realização de uma pergunta de desenvolvimento) que vale 50% da nota final, enquanto os outros 50% são baseados na participação nas aulas, inclusive na realização de pequenos trabalhos de grupo.

“O tema é muito interessante, a professora tem imensa experiência na área e um approach muito prático, também convidou uma pessoa da área para nos dar uma aula”.

Marta Gomes